

## **As bases políticas do neodesenvolvimentismo<sup>1,2</sup>**

**Armando Boito Jr.<sup>3</sup>**

### Introdução: passado e presente

Na sociologia e na ciência política brasileira, as relações entre o processo político e o desenvolvimento capitalista são um tema clássico. Nosso texto retoma esse tema e o examina em condições históricas novas, que são as condições das duas primeiras décadas do Século XXI.

Uma ideia que informa o nosso texto é que o capitalismo no Brasil tem dependido muito, para poder se desenvolver, de algum tipo de participação política das classes populares. Tal dinâmica decorre de características estruturais da economia, da sociedade e do Estado brasileiros, que se inseriram tardiamente e de modo dependente no capitalismo mundial. Correndo o risco de sermos demasiado genéricos, gostaríamos de apontar que esse fenômeno se verificou nos momentos mais significativos do processo de modernização capitalista do Brasil, como em 1888/89 e em 1930.

1 Este trabajo se inscribe en el espacio que PIMSA abre a investigadores que, sin formar parte de este Programa, comparten con nosotros la decisión de abordar campos de problemas que nos son comunes, desde una perspectiva teórica compartida.

2 Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo.

3 Professor titular do Departamento de Ciência Política da Unicamp.

Para não nos estender em demasia, consideremos o caso da ruptura política de 1930. A chamada República Oligárquica, principalmente a partir da posse de Prudente de Moraes em 1894, foi o período em que a política econômica e social do Estado privilegiou os interesses do capital cafeeiro (Perissinotto, 1994). Se é verdade que o café implantou as condições mínimas para o crescimento industrial, também é certo que bloqueou uma política econômica promotora do processo de industrialização (Silva, 1981). A liquidação da hegemonia da burguesia cafeeira no interior do bloco no poder, que permitiu a unificação do mercado nacional e a remoção dos obstáculos políticos à implantação de uma política econômica industrializante, essa liquidação só foi possível graças ao movimento tenentista que canalizou a insatisfação popular com a República Oligárquica de uma maneira politicamente eficiente (Santa Rosa, 1976). A pesquisa histórica demonstrou que a burguesia industrial de São Paulo -hipoteticamente a fração da classe dominante mais interessada na política industrialista- apoiou, na eleição de março de 1930, o candidato situacionista do Partido Republicano Paulista e não a candidatura dissidente de Getúlio Vargas (Fausto, 1970).

Acresce que, durante todo o período populista, diante dos compromissos e hesitações da burguesia industrial, foram os trabalhadores urbanos que se constituíram no recurso político fundamental para levar de vencida ou para contornar as resistências persistentes –e negligenciadas na maior parte da historiografia– da velha burguesia do café e do capital estadunidense à política de industrialização capitalista (Boito, 1982). As crises políticas do período 1930-1964 mostram o cruzamento de duas contradições: sucessivas tentativas restauradoras da burguesia cafeeira –em 1932, em 1945 e em 1954– se combinam, de maneira diferente em cada caso, com a pressão da luta reivindicativa do movimento operário e popular. Os governos populistas defendiam-se da ação política restauradora da burguesia cafeeira apoiando-se no movimento operário e popular (Saes, 1979). Na crise de 1954, por exemplo, a burguesia industrial, preocupada com o crescimento da atividade reivindicativa do operariado urbano e, particularmente, com a posição considerada muito condescendente do governo Vargas frente a tal movimento, acabou aderindo à conspiração golpista. O resultado foi o retrocesso imposto por Café Filho ao programa de industrialização (Boito, 1982).

É certo que a despeito da exclusão das classes populares do sistema político pelo golpe de Estado de 1964, verificou-se, após um período de crise e estagnação, um quinquênio de forte desenvolvimento capitalista entre 1968 e 1973. Mas, já no final da década de 1970, quando os países centrais iniciaram a pressão para a abertura dos mercados dos países periféricos, a grande burguesia brasileira, que se encontrava social e politicamente isolada, não logrou resistir por muito tempo à pressão vinda do centro do sistema mundial. O resultado foi a alternância entre estagnação e crescimento econômico fraco nas décadas de 1980 e de 1990 e a perda de posição da burguesia brasileira na economia nacional (Diniz e Boschi, 2004; Bielschowsky e Stumpo, 1995; Boito, 1999).

Foi na década de 2000, com a ascensão à Presidência da República de candidatos oriundos do Partido dos Trabalhadores que o capitalismo brasileiro voltou a apresentar taxas um pouco mais altas de crescimento econômico. Entendemos que temos aí um novo episódio em que a intervenção política dos trabalhadores propicia um novo impulso ao capitalismo no Brasil. Não estamos presenciando algo tão importante quanto o foi a quebra da prolongada hegemonia do grande capital cafeeiro. Porém, até para que os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff pudessem, de modo tímido e zigzagueante, superar a estagnação que predominou na década de 1990, até para isso revelou-se importante a intervenção do elemento popular em nossa história política. Foi um partido criado pelo movimento sindical e popular, o PT, que retomou a proposta da intervenção do Estado em prol do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

## A frente política neodesenvolvimentista

Quero neste texto desenvolver a ideia de que se formou no Brasil do século XXI uma frente política, que denomino neodesenvolvimentista, que foi a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Vivemos, hoje, uma situação política que, em seus traços mais gerais, apresenta semelhanças com aquela indicada acima para o período desenvolvimentista e populista.

O capitalismo brasileiro mudou e a estrutura de classes se transformou muito. Hoje, os assalariados urbanos são, no setor privado, um contingente com longa experiência de luta sindical e, no setor público,

trabalhadores, tem grande parte, concursados e, por isso, com maior capacidade de pressão. Desde a crise da ditadura militar, há mais de 30 anos, os funcionários públicos vêm aprendendo a praticar o sindicalismo. Os assalariados dispõem, além disso, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que é a mais longeva central sindical da história do Brasil. Essa situação difere muito da situação vivida pela classe operária do imediato pós-30: recém egressa do campo, sem experiência de organização e de luta reivindicativa e muito sensível ao apelo populista. As empresas brasileiras, por sua vez, estão mais integradas ao capitalismo internacional do que as empresas industriais e de serviços da época de Vargas. O apelo nacionalista não encontra hoje, junto à classe dominante, a mesma audiência que encontrou no passado. Entretanto, tanto no período populista e desenvolvimentista quanto hoje constatamos a existência de uma frente política ampla, policlassista e, de certo modo instável, como base de sustentação da política de desenvolvimento e, embora o populismo e o nacionalismo não tenham a importância que tiveram no passado, eles também estão presentes na frente política que se formou no século XXI.

Destaco, logo de início, aquelas que me parecem ser algumas das características importantes da atual frente política: a) essa frente é dirigida pela grande burguesia interna brasileira (Boito, 2012); b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder – baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal (Kowarick, 1975; Nun, 1978 e 2001); c) a frente mantém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder e e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa – essa é a nossa hipótese de trabalho – o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público. Estamos falando, então, das relações de frações da classe dominante, presentes no bloco no poder, com as classes trabalhadoras, situadas fora desse bloco e, especialmente, das vantagens políticas que a grande burguesia interna brasileira adquiriu pelo fato de ter logrado

estabelecer, por intermédio da ação dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, uma aproximação com amplos setores populares.

A frente política neodesenvolvimentista começou a se formar no decorrer da década de 1990. Na década anterior, elementos de ordem econômica e política tornavam os principais instrumentos de luta política e social recém criados pelas classes trabalhadoras –o PT, a CUT e o Movimento dos Sem Terra (MST)– infensos a qualquer aproximação política com o grande empresariado. A força desses movimentos era grande e a inflação aguçava o conflito salarial (Almeida, 1996). No início da década de 1990, contudo, a situação mudou. A parte mais significativa da burguesia unificou-se em torno do programa neoliberal, o desemprego aumentou muito e o movimento sindical e popular, com exceção do MST (Coletti, 2002), entrou em refluxo (Boito, 1999). Na segunda metade da década de 1990, começaram a surgir sinais de mudança. Um setor da grande burguesia interna, que também havia apoiado, ainda que de modo seletivo, o programa neoliberal foi acumulando contradições com esse mesmo programa<sup>4</sup>. Foi nesse quadro marcado, de um lado, por dificuldades crescentes para o movimento sindical e popular e, de outro lado, pelo fato de um setor da burguesia começar a rever suas posições frente a algumas das chamadas reformas orientadas para o mercado que se criaram as condições para a construção de uma frente política que abarcasse setores das classes dominantes e das classes dominadas. Essa frente, organizada, fundamentalmente, pelo PT chegou ao poder governamental em 2003 com a posse do primeiro Governo Lula (Boito, 2002). Não se tratava, agora, de uma frente que se pudesse denominar populista e, ademais, tampouco o seu programa poderia ser identificado com o programa do velho desenvolvimentismo. Tratemos, então, de apresentar, de modo sintético e ainda inicial, o programa e os personagens dessa frente.

## O programa neodesenvolvimentista

Por que recorrer ao termo “desenvolvimentista”? De maneira tentativa e inicial, diríamos que é porque esse é um programa de política

<sup>4</sup> Demonstramos isso na pesquisa que fizemos sobre os posicionamentos da Fiesp frente à política econômica do segundo governo FHC (Boito, 1999). Ver sobre o mesmo tema o trabalho de Alvaro Bianchi (Bianchi, 2004).

econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país. Para buscar o crescimento econômico, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff lançaram mão de alguns elementos importantes de política econômica e social que estavam ausentes nas gestões de Fernando Henrique Cardoso. Sem a pretensão de sermos exaustivos, enumeraríamos a título inicial alguns elementos que têm sido destacados por parte da bibliografia: a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais (Dalla Costa, 2012); d) política econômica anticíclica –medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica- e e) incremento do investimento estatal em infraestrutura. Mais recentemente, o Governo Dilma iniciou mudanças na política de juro e cambial, reduzindo a taxa básica de juro e o *spread* bancário e intervindo no mercado de câmbio para desvalorizar o real, visando a baratear o investimento produtivo a oferecer uma proteção –muito tímida, é verdade- ao mercado interno. Devido a esses elementos, e apesar de eles não romperem com o modelo econômico neoliberal herdado da década de 1990, optamos por utilizar a expressão desenvolvimentista para denominar esse programa<sup>5</sup>.

5 Essa denominação enseja polêmica. Vários economistas têm enfatizado o processo de desindustrialização em curso no Brasil. Mantemos, a o menos por enquanto, tal denominação porque: a) os governos Lula e, principalmente, o governo Dilma tenta contrarrestar, sem romper com o modelo neoliberal, os efeitos desindustrializantes de tal modelo. Ao longo do biênio 2011/2012, Dilma Rousseff tomou uma série de medidas na área do câmbio, dos juros, dos impostos e das compras de Estado nessa direção; b) parece-nos que se pode falar em neodesenvolvimentismo ainda que a indústria não tenha, como de fato não tem, o papel que teve no velho desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2012) e c) o neodesenvolvimentismo envolve, também, uma política social de transferência e distribuição de renda – aumentos reais do salário mínimo e políticas compensatórias. Para uma abordagem que pode colocar em questão a denominação “neodesenvolvimentista” ver os textos de Wilson Cano (2012) e de Reinaldo Gonçalves (2011).

E por que empregar o prefixo “neo”? Porque as diferenças com o velho desenvolvimentismo do período 1930-1980 são significativas. *O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal.* O problema é complexo e esse é um tema sobre o qual não desejo ser taxativo. Por ora, destacaríamos seis diferenças. O neodesenvolvimentismo: a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo, b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local (Bresser-Pereira, 2012) d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro, e) tem menor capacidade distributiva da renda e f) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veledade de agir como força social nacionalista e antiimperialista. Todas essas seis características, que se encontram estreitamente vinculadas umas às outras, fazem do neodesenvolvimentismo um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor e tais características advêm do fato de o neodesenvolvimentismo ser a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal.

De fato, esse último modelo pode ser definido, sucintamente, como resultado de uma dupla pressão: dos Estados imperialistas sobre as economias dependentes e da classe capitalista sobre os trabalhadores (Boito, 1999; Dumenil e Levy, 2006; Harvey, 2005). Nas condições históricas vigentes nas três últimas décadas do século passado, essa dupla pressão foi bem-sucedida e resultou nas denominadas “reformas orientadas para o mercado”: abertura dos mercados de bens, de serviços e financeiros dos países periféricos; proeminência dos circuitos de acumulação financeira; privatização das empresas e serviços públicos; supressão de direitos trabalhistas e sociais. Se atentarmos para cada um desses pilares do modelo capitalista neoliberal, veremos sem dificuldade que a política neodesenvolvimentista não pode, sem romper com tais pilares, aumentar significativamente o investimento público, priorizar o mercado interno ou encetar uma política vigorosa de distribuição de renda.

Após essa caracterização inicial do programa neodesenvolvimentista, indiquemos, também de modo inicial, os personagens dessa história.

## As classes e frações de classe que integram a frente neodesenvolvimentista

Vejam as classes e frações de classe que, agindo como forças sociais ativas, são os personagens responsáveis pela cristalização e implementação dessa política de desenvolvimento.

A grande burguesia interna, força dirigente da frente neodesenvolvimentista, encontra-se distribuída por diversos setores da economia – mineração, construção pesada, a cúspide do agronegócio, a indústria de transformação e, em certa medida, os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional. O que unifica essas grandes empresas é a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro. Alguns autores chegaram a sustentar que a chamada globalização estava produzindo uma burguesia mundial homogênea (Miglioli, 1998). Não é o que indica o caso do Brasil (Martuscelli, 2010). Pois bem, a priorização dos interesses dessa fração do grande capital interno pelo Estado brasileiro nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff aparece em inúmeros aspectos da política econômica. Um elemento fundamental é a busca de superávits na balança comercial que favoreceu enormemente o agronegócio, a mineração e outros setores ligados à exportação de produtos agropecuários e de recursos naturais. A política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a poderosa instituição financeira estatal que passou incólume pela onda de privatização da década de 1990, passou a contar com um orçamento muitas vezes maior que aquele de que dispunha na década de 1990 e passou a priorizar um reduzido número de grandes empresas predominantemente nacionais como receptores dos programas de empréstimos a juros favorecidos ou subsidiados (Bugiato, 2012). A política de compras do Estado brasileiro e das grandes empresas estatais também mudou sob os governos neodesenvolvimentistas. Essa política passou a priorizar as grandes empresas predominantemente nacionais ou implantadas no Brasil. Finalmente, a política externa do Estado brasileiro articulou-se

com essa nova política econômica e também de modo a priorizar os interesses da grande burguesia interna. Um fato importante nessa área foi o arquivamento das negociações em torno da ALCA e o fortalecimento do Mercosul. Aliás, nesse importante episódio da política externa, grandes empresários e o movimento sindical e popular acabaram convergindo para uma mesma posição (Boito e Berringer, 2012). A grande burguesia interna é a força que mais ganha com a política neodesenvolvimentista.

No campo das classes dominadas, o operariado urbano e a baixa classe média, por intermédio do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores (PT), têm uma participação organizada na frente neodesenvolvimentista. Essas forças foram, na verdade, as forças que criaram aquele que iria se tornar o instrumento partidário dessa frente – o PT. O que se passou desde então foi que esse partido, que lutava, ao longo da década de 1990, pela implantação de um Estado de bem-estar social no Brasil e pelo reforço do capitalismo de Estado, esse partido foi atraído pela grande burguesia interna, que vinha fazendo crítica moderada ao neoliberalismo, e, na virada da década de 1990 para a década de 2000, mesclando sua tradição de origem com a insatisfação burguesa, converteu-se, de modo empírico e marcado pelas circunstâncias, no criador e no instrumento partidário do neodesenvolvimentismo. O operariado e a baixa classe média continuaram presentes no PT apenas que, agora, ocupando a posição de base social, mas não mais de força dirigente desse partido.

Os assalariados ganham algo com o neodesenvolvimentismo. O crescimento econômico permitiu uma significativa recuperação do emprego e a política de reajuste do salário mínimo aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide salarial. As novas condições econômicas e políticas favoreceram muito a organização e a luta sindical, propiciando um grande aumento no número de greves e permitindo novas conquistas salariais dos trabalhadores num evidente contraste com aquilo que ocorreu com o sindicalismo na década de 1990 (Boito e Marcelino, 2010)<sup>6</sup>. O conflito salarial, que é um conflito econômico opondo empregados e empregadores, não deve obscurecer a unidade política de ambas as partes em torno de objetivos políticos comuns. Os sindicatos

6 Apesar desses ganhos dos trabalhadores assalariados, julgamos que seria um erro considerar que a política dos governos apoiados pela frente neodesenvolvimentista favoreceria igualmente a grande burguesia interna e os trabalhadores

de trabalhadores têm representantes seus, ao lado dos representantes do grande empresariado, em inúmeros organismos consultivos do governo. Tem sido frequente, também, as campanhas conjuntas organizadas por associações de grandes empresários da indústria e pelas centrais sindicais para pressionar o governo para dar proteção alfandegária para a indústria local e para baixar a taxa básica de juro da economia. Nos últimos meses, e como resultado dessa pressão conjugada, é que o Governo Dilma vem mudando a política de juro e o campesinato também está presente na frente neodesenvolvimentista e também de forma organizada. O segundo governo FHC perseguiu e criminalizou os movimentos camponeses; com a ascensão de Lula da Silva, esses movimentos tiveram seu direito à reivindicação reconhecido pelo governo. Organizações de luta pela terra, a começar pela mais importante que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e organizações baseadas em camponeses e em trabalhadores rurais assalariados, como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), representam a diversidade de situações do trabalhador do campo. Podemos distinguir, além da diferença de classe entre trabalhadores assalariados e camponeses, distintas camadas no interior do campesinato. O camponês remediado, que está presente principalmente na Contag e no setor de camponeses assentados do MST, reivindica assistência técnica, financiamento para a produção, mercado e preço para seus produtos. Os governos neodesenvolvimentistas têm atendido, em parte, essas reivindicações com o financiamento à agricultura familiar, que cresceu muito quando comparado com o que havia na era FHC, e com programas de compras governamentais da produção camponesa – por exemplo, no fornecimento de produtos para a merenda escolar (MST, 2009). O campesinato pobre, que corresponde aos camponeses sem-terra ou com pouca terra, reivindica a desapropriação das terras ociosas e uma política agressiva de abertura de novos assentamentos. Essa camada camponesa é a mais marginalizada pela frente neodesenvolvimentista. Os governos Lula e Dilma reduziram muito as desapropriações de terra. O agronegócio tem um peso importante na política neodesenvolvimentista fato que bloqueia a política de desapropriações (Scarso, 2012).

Os trabalhadores desempregados, subempregados, vivendo do trabalho precário ou “por conta própria” representam o ponto extremo

da frente neodesenvolvimentista e entretêm com ela uma relação bem particular. Essa “massa marginal” reside principalmente na periferia dos grandes centros urbanos do país e no interior da Região Nordeste. Convém distinguir dois setores na massa marginal.

Parte dessa massa está organizada em movimentos populares reivindicativos, os chamados “movimentos de urgência”, como os movimentos por moradia e os movimentos de desempregados. O movimento de desempregados é fraco no Brasil, quando comparado com os movimentos similares de países como a Argentina e a França (Amorim, 2012; Souza e Figueiredo, 2012). Mais importante pelo seu peso político e social é o movimento de moradia. Esse movimento é formado por muitas e variadas organizações que atuam em grandes e médias cidades brasileiras, mobilizam dezenas de milhares de famílias e se orientam por concepções políticas variadas (Oliveira, 2010). Há desde movimentos que reivindicam tão-somente a casa própria para seus participantes, até aqueles que pressionam pela mudança da política habitacional do governo ou mesmo que propagandeiam a necessidade de lutar pela mudança do conjunto do modelo econômico vigente. As vitórias desses movimentos na luta reivindicativa aparecem, no nível local, na conquista de imóveis e de terrenos urbanos por meio da ação direta e, no plano da política nacional, em medidas governamentais de política habitacional. O efeito mais importante dos movimentos de moradia foi a alteração da política habitacional do Estado brasileiro. Durante a década de 1990, a União abandonou a política de construção de moradia popular. No segundo Governo Lula, foi criado o programa habitacional de grande amplitude denominado “Minha casa, minha vida” que rompeu com a omissão da União nessa área. Esse programa continua sendo implementado pelo Governo Dilma (Oliveira, 2010) e ensejou uma convergência de interesses entre os sem-teto e todo um ramo da construção civil – a convergência de interesses não exclui a luta em torno do modelo de casa, do modo de financiamento e de outros pontos do programa (HIRATA e Oliveira, 2012).

Outra parte da chamada “massa marginal” é social e politicamente desorganizada. Ela foi incluída na frente neodesenvolvimentista graças às políticas de transferência de renda dos governos Lula da Silva e Dilma Roussef. O programa *Bolsa Família*, destinado às famílias que

se encontram abaixo da linha de pobreza, e o chamado *Benefício de Prestação Continuada*, destinado a idosos e a pessoas com deficiência, são os principais instrumentos dessa política. Essa massa pauperizada não intervém de forma organizada na frente política neodesenvolvimentista. Os governos Lula e Dilma optaram por lhes destinar renda sem se preocupar – nem esses governos, nem o seu partido, o PT – em organizá-los. Eles formam uma base eleitoral desorganizada e passiva que é convocada a intervir no processo político apenas por intermédio do voto para sufragar os candidatos da frente neodesenvolvimentista. A relação dos governos da frente com essa base eleitoral dá continuidade à tradição populista da política brasileira. Na relação política populista, os trabalhadores obtêm ganhos reais – e isso, ao contrário do que afirmam os observadores liberais para quem o populismo seria mera “demagogia”; porém, esses ganhos são muito limitados e justamente porque os seus beneficiários se mantêm política e ideologicamente dependentes das iniciativas do governo<sup>7</sup>.

Embora ampla e contraditória na sua composição de classe, a frente política neodesenvolvimentista existe e atua como tal. As forças que a integram, embora entrem em conflito, muitas vezes duro, em torno de questões econômicas como salário, direitos trabalhistas e sociais, desapropriação de terra e o utras, em momentos críticos do processo político nacional, essas forças têm agido conjuntamente. Foi assim em 2002 na eleição presidencial de Lula da Silva; em 2005, na crise política que ficou conhecida como “Crise do Mensalão” e chegou a ameaçar a continuidade do governo Lula; em 2006, na reeleição de Lula da Silva para a presidência da República, e novamente em 2010 na campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff. Em todos os momentos críticos

7 Estamos considerando basicamente os conflitos de classe porque são eles que predominam na sociedade brasileira atual. Há, contudo, conflitos que transcendem e atravessam de maneiras variadas e complexas o conflito de classe: a luta das mulheres, do movimento negro, dos homossexuais e indígenas. Nesses casos, as fronteiras políticas do conflito de classe podem se tornar tênues, mormente numa situação como a brasileira que não é uma situação revolucionária. No que respeita a tais conflitos, os governos da frente neodesenvolvimentista têm, em geral, apresentado uma posição mais progressista que a dos governos do PSDB o que também assegura à frente maior apoio popular. No caso das cotas raciais para as universidades públicas, por exemplo, o preconceito meritocrático da alta classe média limita a ação dos parlamentares e governantes tucanos.

citados, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentistas esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, movimentos camponeses, movimentos populares por moradia bem como o eleitorado pobre e desorganizado apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto, os governos e as candidaturas Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ao agirem assim, tais forças sociais, mesmo que movidas por interesses distintos, evidenciaram fazer parte de um mesmo campo político.

### As contradições no seio da frente

Um capítulo à parte seria o exame das contradições existentes no interior da frente neodesenvolvimentista. Essas contradições estimulam movimentos centrífugos e, tanto à esquerda, quanto à direita, as forças que têm interesse em desagregar a frente exploram, com esse objetivo, as suas contradições internas. Uma reflexão sobre essa matéria permitiria conjecturarmos sobre a solidez e a provável duração dessa frente política. Dado o limite de espaço, farei, a título de considerações finais, apenas algumas indicações sobre essa matéria.

Há contradições no seio da grande burguesia interna: entre o capital bancário e o capital produtivo na questão da política de juro e de rolagem da dívida pública (Dias, 2012; Minella, 2004), entre a indústria de transformação e o agronegócio na questão dos acordos internacionais (Boito e Berringer, 2012) e entre seções regionais dessa fração burguesa (Farias, 2009).

Há, mais ainda, contradições entre as classes trabalhadoras e as diferentes frações da burguesia: entre as diferentes camadas do campesinato e o agronegócio, entre os assalariados do setor privado e a burguesia, entre os assalariados do setor público e a burguesia que aspira reduzir o gasto do Estado com pessoal.

O quadro se torna mais complexo ainda porque as relações internacionais incidem sobre a política interna. O ingresso da Venezuela no Mercosul dividiu opiniões no seio da frente desenvolvimentista. Parte da grande burguesia interna viu nesse ingresso novas perspectivas de investimento –foi o caso das grandes construtoras– enquanto parte se mostrou temerosa diante dos prováveis impactos dessa decisão nas relações com os EUA e a União Européia.

No movimento sindical e popular, tais contradições se traduziram na criação de novas organizações em luta interna e dissidências em organizações já existentes. Foram criadas duas centrais sindicais que fazem oposição ao Governo Dilma Rousseff – a CONLUTAS e a INTERSINDICAL (GALVÃO, 2012). Essas centrais reúnem, basicamente, trabalhadores do setor público (GALVÃO, MARCELINO E TRÓPIA, 2011 e 2012) e, embora sejam centrais minoritárias, os sindicatos a elas filiados têm tido um papel importante na recente onda de greves do funcionalismo. No interior do MST, surgiu uma luta entre duas linhas – a linha amplamente majoritária que defende a permanência do movimento no campo de apoio crítico ao Governo Dilma e outra, minoritária, que pretende romper com o governo (SILVA, 2012).

Tais contradições e tais dissidências, contudo, não comprometeram a unidade geral da frente neodesenvolvimentista. A contradição que continua polarizando a política nacional é aquela que opõe o campo neodesenvolvimentista ao campo neoliberal ortodoxo.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil nos anos 80*. São Paulo, Edus p, 1996.
- AMORIM, Elaine R. A. “Particularidades dos movimentos de desempregados no Brasil, na França e na Argentina”. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012
- BIANCHI MENDEZ, Alvaro Gabriel. *O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2004.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo A.; STUMPO, Giovanni. “Empresas transnacionales y cambios estructurales em la industria de Argentina, Brasil, Chile e México”. *Revista de la Cepal*. Santiago: Cepal, n° 55, pp. 65-84. 1995.
- BOITO Jr., Armando. “A nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, pp. 69-106.
- BOITO JR., Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil In: BOITO JR., Armando (org.). *Dossiê Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil*, *Revista Idéias*, n. 9(1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.
- BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

- BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Editora Xamã, 1999.
- BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.
- BOITO Jr., Armando e MARCELINO, Paula. O Sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Cadernos do CRH*, vol 23 n° 59, 2010, pp. 323-338.
- BOITO Jr., Armando e BERRINGER, Tatiana. “A frente neodesenvolvimentista e a política externa nos governos Lula e Dilma”. Campin as: mimeo. 2012.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. “Estratégia nacional e desenvolvimento”. *Revista de Economia Política*, vol. 26, n° 2 (102), pp. 203-230 abril-junho de 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Um novo pacto social para o desenvolvimento?”. Curitiba: palestra proferida no VIII Encontro Empresas, empresário e sociedade, Maio de 2012.
- BUGIATO, Caio. *O papel do BNDES na expansão dos negócios da burgu esia interna brasileira*. Caderno de resumo das comunicações - VIII Worksho p empresas, empresários e sociedade. FPR: Curitiba,2012
- CANO, Wilson. “A desindustrialização no Brasil”. *Textos para discussão*. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, n° 200, janeiro de 2012.
- COLETTI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil, *Revista Idéias*, n. 9 (1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, pp. 49-104.
- DALLA COSTA, Armando et al. *Desenvolvimento e crise na América Latina*. Estado, empresas e sociedade. Curitiba: Editora CRV, 2012.
- DIAS, Rodolfo Palazzo. *Organização e posicionamento político dos bancos no Governo Lula*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Unicamp, 2012.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. *Empresários, Interesses e Mercado*. Dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora UFMG e Iuperj, 2004.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. “Une théorie marxiste du néolibéralisme”. *Actuel Marx. Fin du néolibéralisme?* Paris: PUF, n° 40, pp.24-29, 2006.
- FARIAS, Francisco. “Frações burguesas e bloco no poder”, *Crítica Marxista*, n. 28, 2009.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930 – historiografia e história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.
- FIGUEIREDO FILHO, Carolina B. G. e SOUZA, Davisson C. C.. “O sindicalismo e a luta dos desempregados na década de 2000”. In: BOITO Jr., Armando

e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula e TRÓPIA, Patrícia. *As bases sociais da CONLUTAS*. Campinas: Relatório de pesquisa, 2011.

GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula e TRÓPIA, Patrícia. *As bases sociais da INTERSINDICAL*. Campinas: Relatório de pesquisa, 2012.

GONÇALVES, Reinaldo. *Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às Avessas*. PDF, 2012.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Universty Press, 2005.

HIRATA, Francini e OLIVEIRA, Nathalia C. “Os movimentos dos sem-teto de São Paulo no contexto neoliberal”. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. “A burguesia mundial em questão”, *Crítica Marxista*, n. 30, 2010.

MIGLIOLI, Jorge. Burguesia e neoliberalismo: política e economia nos anos recentes. *Crítica Marxista*, nº 6, 1998.

MINELLA, Ary César. O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~minella>. Acessado em 4 de maio de 2004.

MST. 2009. Reforma agrária X agronegócio. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/6713>. Acesso 06/06/2012.

NUN, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, Luiz. (org). *Populações Marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

OLIVEIRA, Nathalia Cristina. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2010.

PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SCARSO, Aline. E a reforma agrária, presidente Dilma?. *Jornal Brasil de Fato*, 10 de abril de 2012. Disponível em [www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br). Acesso 06/06/12.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, 5ª Ed., Rio de Janeiro, Alfa-Omega, 1981.

SILVA, Luciana Henrique. “Acampados e assentados: pesquisa sobre a base social do MST”. Campinas: mimeo. 2012.

SOUZA, Davisson C. C. de. *Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002: unidade e fratura entre o exército de operários tivoa e de reserva*. Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH USP. São Paulo: 2010. ambial.

*Resumen:*

El presente trabajo retoma un tema clásico en la sociología y la ciencia política brasileña: las relaciones entre proceso político y desarrollo capitalista, analizando las nuevas condiciones históricas que se manifiestan en las dos primeras décadas del siglo XXI. Así, y partiendo de considerar que el capitalismo en Brasil ha dependido también, para ser capaz de desarrollarse, de algún tipo de participación política de las clases populares, se analiza el ascenso a la presidencia del Partido de los Trabajadores en la década de 2000.

*Palabras clave:*

Brasil- Partido de los Trabajadores - proceso político y desarrollo capitalista

*Abstract:*

This paper takes a classic theme in Brazilian sociology and political science: the relationship between capitalist development and political process, analyzing the new historical conditions that occur in the first two decades of the 21th century. Taking into consideration that capitalism in Brazil has also been able to develop, to some kind of political participation of the masses, the ascent to the presidency of the Workers Party in the 2000s is analyzed.

*Keywords:*

Brazil - Workers Party - the political process and capitalist development.